

B'Tselem: Somos o maior grupo de direitos humanos em Israel, e chamamos isto de apartheid

Não se pode viver um único dia em Israel-Palestina sem a sensação de que este lugar é constantemente manipulado para privilegiar um único povo, e somente um único povo: o povo judeu. Mas metade dos que vivem entre o rio Jordão e o Mar Mediterrâneo são palestinos. Esse abismo entre essas realidades vividas enche o ar, sangra, está em toda parte nesta terra.

Não estou me referindo simplesmente aos pronunciamentos oficiais que são feitos em detalhes, e há muitos deles, como a afirmação do Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu em 2019 de que “Israel não é um estado de todos os seus cidadãos”, ou a lei fundamental do “Estado-nação” que consagra “o desenvolvimento dos assentamentos judeus como um valor nacional”. O que eu estou tentando descobrir é um sentido mais profundo das pessoas como desejáveis ou indesejáveis, e um entendimento de meu país ao qual tenho estado exposto desde o dia em que nasci em Haifa. Hoje, é uma consciência que não pode mais ser evitada.

Embora exista paridade demográfica entre os dois povos que vivem aqui, a vida é administrada de tal forma que apenas uma metade administra a grande maioria do poder político, os recursos da terra, os direitos, as liberdades, as formas de proteção. É uma grande façanha manter esta despossessão. Para piorar a situação, é vendê-la com sucesso como uma democracia (dentro da “linha verde”, a linha de armistício de 1949), à qual está ligada uma ocupação temporária. Na verdade, é um governo que domina tudo e todos entre o rio e o mar, seguindo

o mesmo princípio organizador em todos os lugares sob seu controle, trabalhando para avançar e perpetuar a supremacia de um grupo de pessoas – os judeus – sobre outro: os palestinos. Isto é apartheid.

Não há um único centímetro de terra no território que Israel controla onde um palestino e um judeu são iguais. As únicas pessoas de primeira classe aqui são cidadãos judeus como eu, e nós desfrutamos deste status tanto dentro das linhas de 1967 como além, na Cisjordânia. Separados pelos diferentes status a eles atribuídos e pelas muitas variações de inferioridade a que Israel os submete, os palestinos que vivem sob o domínio israelense estão unidos pelo fato de que todos eles são desiguais.

Ao contrário do apartheid sul-africano, a aplicação de nossa versão – apartheid 2.0, se você preferir – evita certos tipos de feiúra. Não encontraremos sinais de “Somente Brancos” nas bancadas para sentar. Aqui “proteger o caráter judeu” de uma comunidade – ou do próprio Estado – é um dos eufemismos velados que se utilizam para tentar obscurecer a verdade. Mas a essência é a mesma. Que as definições de Israel não dependem da cor da pele não faz diferença material: é a realidade supremacista que está no cerne da questão, e que deve ser derrotada.

Até a aprovação da lei do Estado-nação, a principal lição que Israel parecia ter aprendido com o apartheid na África do Sul era evitar declarações e leis excessivamente explícitas. Estes correm o risco de provocar julgamentos morais e, em última análise, não permita o céu, consequências reais. Por outro lado, o acúmulo paciente, silencioso e gradual de práticas discriminatórias tende a evitar repercussões da comunidade internacional, especialmente se alguém estiver disposto a falar na boca bequena sobre suas normas e expectativas.

É assim que a supremacia judaica é alcançada e imposta em ambos os lados da linha verde.

Nós manipulamos demograficamente a composição da população, esforçando-nos para aumentar o número de judeus e limitar o número de palestinos. Permitimos a migração judaica – com cidadania automática – em qualquer lugar que Israel controle. Para os palestinos, o oposto é verdadeiro: eles não podem adquirir status pessoal em nenhum lugar fora dos controles, mesmo que sua família seja daqui.

Nós manipulamos o poder através da cessão – ou negação – de direitos políticos. Todos os cidadãos judeus (e todos os judeus podem tornar-se cidadãos), mas menos de um quarto dos palestinos sob o domínio israelense, desfrutam da cidadania e podem, portanto, votar. Em 23 de março, quando os israelenses forem votar pela quarta vez em dois anos, não será uma “celebração da democracia”, como as eleições são freqüentemente chamadas. Ao contrário, será mais um dia em que os palestinos, excluídos como estão, verão os outros determinarem seu futuro.

Manipulamos o controle da terra expropriando enormes porções de terra palestina, mantendo-a fora do alcance do desenvolvimento palestino, ou utilizando-a para construir cidades, bairros e assentamentos judeus. Dentro da linha verde, temos feito isto desde que o estado foi estabelecido em 1948. Em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia, isto é o que temos feito desde que a ocupação começou em 1967. O resultado é que as comunidades palestinas – em qualquer lugar entre o rio e o mar – enfrentam uma realidade de demolição, deslocamento, empobrecimento e aglomeração, enquanto os próprios recursos da terra são alocados para novos desenvolvimentos judaicos.

E nós manipulamos – ou melhor, restringimos – o movimento dos palestinos. A maioria, que não são cidadãos nem residentes, depende de licenças e postos de controle israelenses para viajar entre uma área e outra, assim como para viajar internacionalmente. Para os dois milhões na Faixa de Gaza, as restrições de viagem são mais severas: não é apenas um

bantustão, pois Israel o transformou em uma das maiores prisões a céu aberto do mundo.

Haifa, minha cidade natal, foi uma realidade binacional de paridade demográfica até 1948. Dos cerca de 70.000 palestinos que viviam em Haifa antes do Nakba, restou menos de um décimo. Quase 73 anos se passaram desde então e hoje Israel-Palestina é uma realidade binacional de paridade demográfica. Eu nasci aqui. Eu quero – e pretendo – ficar. Mas eu quero – eu exijo – viver em um futuro muito diferente.

O passado representa traumas e injustiças. No presente, ainda mais injustiças são reproduzidas. O futuro deve ser radicalmente diferente: uma rejeição da supremacia, construída sobre um compromisso com a justiça e nossa humanidade compartilhada. Chamar as coisas pelos nomes – “apartheid” – não supõe um momento de desespero: ao contrário, é um momento de clareza moral, um passo numa longa jornada inspirada pela esperança. Ver a realidade pelo que ela é, nomeá-la sem encolher dela, e ajudá-la a trazer a realização de um futuro justo.